

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA****PORTARIA Nº 267/2020**

Designa as empregadas Paula Beatrice Gomes, matrícula nº 363, e Gerusa de Paula Vaz, matrícula nº 626, como fiscal e suplente de fiscal, respectivamente, do Contrato nº 153/2020, firmado entre o Confea e a Empresa Inova Serviços LTDA ME. Processo nº 04270/2020.

O VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA (CONFEA), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento do Confea, aprovado pela Resolução nº 1.015, de 30 de junho de 2006,

CONSIDERANDO o disposto no art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI, do art. 37, da Constituição Federal, instituindo as normas para licitações e contratos da Administração Pública, e dá outras providências:

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

CONSIDERANDO a Portaria AD nº 364, de 28 de agosto de 2015, que trata da estrutura organizacional do Confea, e assim dispõe:

Art. 69. O Setor de Aquisições e Contratos – SETAC tem por finalidade orientar as unidades organizacionais quanto à formalização de suas demandas de aquisições e contratações, operacionalizar o processo licitatório e acompanhar/orientar a fiscalização dos contratos do Confea, conforme legislação vigente.

Art. 70. O Setor de Aquisições e Contratos – SETAC possui as seguintes atribuições:

(omissis)

X – orientar os gestores quanto à execução, acompanhamento/fiscalização e prazos contratuais;

Art. 71. São atribuições comuns às unidades organizacionais do Confea:

(omissis)

VII – fiscalizar a execução dos contratos administrativos firmados pelo Confea referentes à sua área de atuação, com o apoio do Setor de Aquisições e Contratos – SETAC;

CONSIDERANDO o Contrato nº 135/2020, firmado entre o Confea e Inova Serviços LTDA ME, no valor global de R\$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais), para prestação de serviços de reforma e manutenção, com fornecimento de peças, das cadeiras pertencentes ao patrimônio do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições constantes neste instrumento e no Edital de Pregão Eletrônico nº 7/2020 e seus anexos.,

CONSIDERANDO a indicação das empregadas Paula Beatrice Gomes, matrícula nº 363, e Gerusa de Paula Vaz, matrícula nº 626, para desempenhar as funções de fiscal e suplente de fiscal, respectivamente, do Contrato nº 153/2020 até o encerramento das obrigações contratuais por ele geradas, e,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a empregada Paula Beatrice Gomes, matrícula nº 363, para desempenhar a função de fiscal do Contrato nº 153/2020 até seu encerramento.

Art. 2º Designar a empregada Gerusa de Paula Vaz, matrícula nº 626, devendo assumir as funções de fiscal, durante a ausência do titular.

Art. 3º Determinar que o fiscal informe ao SETAC, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias que antecedem o encerramento do contrato, sobre a sua execução.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **João de Carvalho Leite Neto, Chefe da Subprocuradoria Consultiva**, em 08/09/2020, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Osmar Barros Júnior, Vice-Presidente no Exercício da Presidência**, em 08/09/2020, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.confea.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0372018** e o código CRC **8034EA68**.